



CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 58.635.517/0001-37

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. INCORPORAÇÃO DA CPFL EFICIÊNCIA

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência Energética Ltda. consolidando as atividades e o patrimônio de ambas as sociedades, visando maior

eficiência operacional, administrativa e financeira, com a racionalização e maximização de resultados, além de minimização dos custos. O valor do acervo incorporado foi de R\$ 158.616 mil.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 769 milhões em 2023, representando uma redução de 10,7 (R\$ 92 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 69 milhões em 2023, representando uma redução de 2,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 700 milhões em 2023, representando uma redução de 11,4% (R\$ 90 milhões).

Geração Operacional de Caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA foi de R\$ 68 milhões, representando uma redução de 0,7% (R\$ 466 mil)

Lucro Líquido: A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 12.723

comparando com o lucro de R\$ 7.269 do exercício anterior e R\$ R\$ 6.079 refere-se à incorporação da CPFL Eficiência.

Destinação do lucro líquido do exercício: Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 9.065 a título de reserva de reforço de capital de giro, R\$ 2.946 a título de dividendo mínimo obrigatório, R\$ 11.929 a título de dividendo adicional proposto e R\$ 940 para reserva legal.

3. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Serviços agradece aos seus acionistas, colaboradores e à sociedade pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	21	699.550	789.594
Custo do serviço			
Custo com operação	22	(592.189)	(698.865)
Amortização		(29.502)	(37.484)
Outros custos com operação		(562.687)	(661.381)
Lucro operacional bruto		107.361	90.730
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(7.499)	(5.248)
Amortização		(27)	(30)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		22	21
Outras despesas com vendas		(7.494)	(5.238)
Despesas gerais e administrativas	22	(82.526)	(62.118)
Amortização		(13.634)	(5.812)
Outras despesas gerais e administrativas		(68.892)	(56.306)
Outras despesas operacionais	22	7.926	2.201
Outras despesas operacionais		7.926	2.201
Resultado do serviço		25.216	25.564
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		5.314	1.781
Despesas financeiras		(10.267)	(13.728)
Lucro antes dos tributos	10.3	20.308	13.618
Contribuição social		(2.125)	(1.563)
Imposto de renda		(5.460)	(4.786)
		(7.585)	(6.349)
Lucro líquido do exercício		12.723	7.269
Lucro líquido básico por lote de mil ações		7,78	4,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.723	7.269
Resultado abrangente do exercício	12.723	7.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
1 - Receita	801.012	907.939
1.1 Receita de prestação de serviços	768.679	860.745
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	32.311	47.174
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	21
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(307.746)	(400.847)
2.1 Material	(168.926)	(189.521)
2.2 Serviços de terceiros	(135.012)	(200.748)
2.3 Outros	(3.809)	(10.577)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	493.265	507.092
4 - Retenções	(43.164)	(43.327)
4.1 Depreciação e amortização	(43.164)	(43.327)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	450.101	463.766
6 - Valor adicionado recebido em transferência	5.573	1.868
6.1 Receitas financeiras	5.573	1.868
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	455.674	465.634
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	296.480	304.081
8.1.1 Remuneração direta	188.139	199.384
8.1.2 Benefícios	94.789	91.014
8.1.3 F.G.T.S	13.552	13.684
8.2 Impostos, taxas e contribuições	132.461	138.174
8.2.1 Federais	100.835	106.775
8.2.2 Estaduais	7.473	6.302
8.2.3 Municipais	24.152	25.097
8.3 Remuneração de capital de terceiros	14.010	16.109
8.3.1 Juros	10.196	13.687
8.3.2 Aluguéis	3.814	2.422
8.4 Remuneração de capital próprio	12.723	7.269
8.4.1 Reserva legal	940	363
8.4.2 Dividendos (mínimo obrigatório)	2.946	1.726
8.4.3 Dividendos adicional proposto	5.851	-
8.4.4 Reserva de retenção de lucros para investimento	9.065	5.179
8.4.5 Lucros (prejuízos) acumulados	(6.079)	-
	455.674	465.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Saldo Laudo 31/10/2023	Movimentação 29/12/2023	Saldo contábil 29/12/2023
PASSIVO			
Fornecedores	3.897	2.741	6.638
Empréstimos e financiamentos	450	(33)	417
Obrigações tributárias	721	13	734
Dividendo e juros sobre capital próprio	629	-	629
Benefício pós emprego	3	-	3
Provisões para litígios	94	1	95
Outros passivos	1.155	(129)	1.026
Total do Passivo	6.950	2.592	9.542
Acervo Líquido Contábil	158.616	62.113	220.729

Este acervo líquido contábil incorporado pela CPFL Serviços foi reconhecido contabilmente em 29 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

	Saldo Laudo 31/10/2023	Movimentação 29/12/2023	Saldo contábil 29/12/2023
Capital social	108.734	-	108.734
Reserva legal	3.498	-	3.498
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	43.418	-	43.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	59.000	59.000
Juros sobre o capital próprio	(940)	940	-
Lucros acumulados	3.906	2.173	6.079
	158.616	62.113	220.729

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.830	23.937	Fornecedores	15	56.499	62.735
Contas a receber	6	50.143	96.830	Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	1.027	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.354	2.472	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	23.247	20.248
Outros tributos a compensar	7	13.839	8.614	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	18	37.942	43.899
Estoques	8	17.551	12.335	Dividendo e juros sobre capital próprio		3.575	25.630
Arrendamentos	9	3.960	-	Obrigações estimadas com pessoal		22.311	22.903
Outros ativos	11	16.715	8.047	Outras contas a pagar	19	35.994	32.952
Total do circulante		225.393	152.235	Total do circulante		180.594	208.368
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	17	6.181	5.244	Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	113	62
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.012	983	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	19.398	15.739
Outros tributos a compensar	7	1.729	1.621	Outras contas a pagar	19	11.874	14.458
Créditos fiscais diferidos	10	18.496	19.310	Total do não circulante		31.385	30.258
Arrendamentos	9	9.550	-	Patrimônio líquido			
Outros ativos	11	19.611	15.014	Capital social		259.663	150.929
Investimentos	12	36.330	-	Reserva legal		8.276	3.838
Imobilizado	13	297.867	214.122	Reserva estatutária - reforço de capital de giro		86.617	34.133
Intangível	14	15.216	18.996	Adiantamento para futuro aumento de capital		59.000	-
Total do não circulante		405.992	275.291	Dividendo adicional proposto		5.851	-
						419.406	188.900
Total do ativo		631.385	427.526	Total do passivo e do patrimônio líquido		631.385	427.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucro	Dividendo	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	150.929	3.474	28.954	-	-	-	183.357
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	7.269	7.269
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.269	7.269
Mutações internas do patrimônio líquido	-	363	5.179	-	-	(5.543)	-
Constituição da reserva legal	-	363	-	-	-	(363)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	5.179	-	-	(5.179)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	(1.726)	(1.726)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(1.726)	(1.726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	150.929	3.838	34.133	-	-	188.900	373.800
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	12.723	12.723
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.723	12.723
Mutações internas do patrimônio líquido	-	940	9.065	-	-	(10.005)	-
Constituição da reserva legal	-	940	-	-	-	(940)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	9.065	-	-	(9.065)	-
Transações de capital com os acionistas	108.734	3.498	43.418	5.851	59.000	(2.718)	217.783
Incorporação do acervo (nota 1)	108.734	3.498	43.418	-	59.000	6.079	220.729
Dividendo adicional proposto	-	-	-	5.851	-	(5.851)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.946)	(2.946)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	259.663	8.276	86.617	5.851	59.000	-	419.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos	20.308	13.618	-	(23)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			(2.239)	(9.926)
Depreciação e amortização	43.157	43.327	89.068	70.853
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.288	6.143	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33)	(21)	-	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	7.407	786	-	-
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	(2.201)	-	-
IR e CS diferidos	814	-	-	-
	78.940	61.653	45.776	(45.723)
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	50.630	18.386	-	-
Tributos a compensar	3.887	(2.614)	-	-
Depósitos judiciais	(480)	129	-	-
Outros ativos operacionais	(18.726)	(27.057)	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(12.874)	(238)	-	-
Outros tributos e contribuições sociais	(3.239)	6.130	-	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(5.519)	(3.970)	-	-
Outros passivos operacionais	(1.312)	28.383	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	91.307	80.802	121.830	23.937

As notas explicativas são parte integrante das

→★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 27 de fevereiro de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Contas a receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 10 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 13 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Impostos, taxas e contribuições a recolher; • Nota 17 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 21 - Receita operacional (principais premissas em relação a receita POC). • Nota 27 - Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados a valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 27). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e

nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão. • Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 27. • Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. **3.4 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.5 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. **3.6 Redução ao valor recuperável ("Impairment") - Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de contas a receber que está aderente descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às contas a receber reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. **3.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido na Assembleia Geral da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do

Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **3.10 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41. **3.13 Arrendamentos:** Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1)/IAS 1).** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).** Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima. A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa. Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas. As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo

continua→★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

-★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Salvos bancários	617	466
Aplicações financeiras (*)	121.213	23.471
Total	121.830	23.937

(*) Operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 121.213. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	Vencidos			31/12/2023	31/12/2022
	Salvos vincendo	até 90 dias	> 90 dias		
Contas a receber	10.009	2.493	44	12.546	17.466
Contas a receber com partes relacionadas	36.218	920	504	37.641	79.416
Total	46.226	3.414	548	50.187	96.882

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (44) (52)
Total **50.143** **96.830**

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	(108)
Provisão revertida (constituída) líquida	56	
Recuperação de receita	(35)	
Baixa de contas a receber provisionadas	35	
Saldo em 31/12/2022	(52)	
Adição em função de incorporação de empresas	(25)	
Provisão revertida (constituída) líquida	33	
Saldo em 31/12/2023	(44)	

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	306	692
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	852	1.762
Imposto de renda e contribuição social a compensar	195	18
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.354	2.472
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	888	1.703
ICMS a compensar	1.648	426
Programa de integração social - PIS	1.372	689
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.391	3.191
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.080	2.490
Outros	1.462	114
Outros tributos a compensar	13.839	8.614
Total circulante	15.193	11.086
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	614	584
Imposto de renda a compensar - IRPJ	399	399
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.012	983
ICMS a compensar	13	13
Programa de integração social - PIS	306	286

Antecipações de Contribuição social - CSLL e Imposto de renda - IRPJ - refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2023. **Imposto de renda retido na fonte - IRRF** - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras. **ICMS a compensar** - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

8. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Matéria-prima	10.604	5.443
Produtos acabados	7.465	6.551
Produtos semi acabados e serviços em andamento	19	19
Ordens em curso	(537)	323
Total	17.551	12.335

Matéria-prima: Refere-se a materiais necessários para industrialização e reforma de transformadores para venda. Produtos acabados: Refere-se a materiais e equipamentos reformados de manuseio em redes de Distribuição elétricas.

9. ARRENDAMENTOS

Na data de 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou a incorporação da CPFL Eficiência sucedendo-a, portanto, em todos os seus direitos, bens e obrigações. A Companhia realiza atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para autoprodução de energia, nas quais é arrendadora e os principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários. A essência da operação é arrendar, para os clientes que necessitam de maior consumo de energia elétrica em horários de pico (quando a tarifa é mais alta), equipamentos de geração de energia ("autoprodução") e, sobre estes equipamentos, prestar serviços de manutenção e operação. A Companhia realiza o investimento de construção da planta de geração de energia nas instalações do cliente. A partir da entrada em operação dos equipamentos, o cliente passa a efetuar pagamentos fixos mensais e a receita passa a ser reconhecida durante o período do contrato de arrendamento com base na taxa efetiva do contrato. Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas operacionais reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a taxa do de juros efetiva implícita no arrendamento, pelo prazo dos respectivos contratos.

	31/12/2023	31/12/2022
Investimento bruto	241.617	
Receita financeira não realizada	(228.107)	
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	13.510	
Circulante	3.960	
Não circulante	9.550	

Em 31 de dezembro de 2023 não há (i) valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador; (ii) provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento a receber; e (iii) pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

10. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	813	1.619
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	4.385	3.797
Subtotal	5.198	5.416
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	1.146	3.348
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	12.152	10.546
Subtotal	13.298	13.894
Total	18.496	19.310

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis		
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.914	8.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	5
Provisão relacionada a pessoal (a)	1.088	3.023
Instrumentos financeiros	8	23
Outros	371	1.001
Total	4.385	12.152

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	1.146	3.348
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	12.152	10.546
Subtotal	13.298	13.894
Total	18.496	19.310

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	1.146	3.348
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	12.152	10.546
Subtotal	13.298	13.894
Total	18.496	19.310

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	1.146	3.348
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	12.152	10.546
Subtotal	13.298	13.894
Total	18.496	19.310

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis		
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.914	8.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	5
Provisão relacionada a pessoal (a)	1.088	3.023
Instrumentos financeiros	8	23
Outros	371	1.001
Total	4.385	12.152

(a) Refere-se a provisão de PLR de empregados.

10.2 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente dedutíveis e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pela Diretoria, e sua composição é como segue:

	2023	2022
2025	8.657	
2026	1.087	
2027	1.087	
2028	1.087	
2029 a 2031	3.320	
2032 a 2034	3.258	
Total	18.496	

10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	20.308	20.308	13.618	13.618
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.300	2.959	3.743	5.527
Base de cálculo	23.608	23.266	17.361	19.145
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(2.125)	(5.817)	(1.563)	(4.786)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	357	-	-
Total	(2.125)	(5.460)	(1.563)	(4.786)

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial: As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	Quantidade de ações	Participação no capital %	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimonial
CPFL GD S.A. (*)	25.066.000	99,990	25.066	36.330	5.709	36.330

Total Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada

(*) Quantidade refere-se a quota.

A movimentação do saldo de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Incorporação	Saldo em 31/12/2023
CPFL GD S.A.	-	-	-
Total	-	36.330	36.330

13. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	297	14.252	77.463	54.317	2.788	54.097	203.214
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)
Adições	-	-	-	-	-	41.099	41.099
Baixas	-	-	(120)	(3.224)	-	(1.291)	(4.636)
Transferências	568	135	18.223	15.507	55	(34.489)	-
Depreciação	-	(607)	(12.821)	(14.585)	(246)	-	(28.260)
Baixa da depreciação	-	-	43	2.662	-	-	2.706
Saldo em 31/12/2022	866	13.779	82.788	54.677	2.598	59.415	214.122
Custo histórico	866	20.266	141.705	144.061	4.501	59.415	370.814
Depreciação acumulada	-	(6.487)	(58.917)	(89.384)	(1.903)	-	(156.692)
Adições	-	-	-	-	-	29.851	29.851
Baixas	-	-	(574)	(1.647)	-	-	(2.221)
Transferências	-	4.147	29.001	7.900	594	(41.642)	-
Depreciação	-	(690)	(14.100)	(15.397)	(271)	-	(30.458)
Baixa da depreciação	-	-	299	1.059	-	-	1.358
Incorporação - Custo	-	729	12.654	1.594	37	74.544	89.559
Incorporação - Depreciação	-	(127)	(3.517)	(692)	(9)	-	(4.345)
Saldo em 31/12/2023	866	17.838	106.552	47.493	2.950	122.169	297.867
Custo histórico	866	25.142	182.787	151.908	5.133	122.169	488.004
Depreciação acumulada	-	(7.304)	(76.235)	(104.414)	(2.183)	-	(190.137)
Taxa média de depreciação 2022							
Taxa média de depreciação 2023							
Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização".							

13.1 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. INTANGÍVEL

	Ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2021	18.454
Custo histórico	27.428
Amortização acumulada	(8.974)
Adições	(5.154)
Amortização	5.915
Baixa	(219)
Saldo em 31/12/2022	18.996
Custo histórico	33.124
Amortização acumulada	(14.128)
Adições	4.056
Amortização	(3.160)
Baixa e transferência - outros ativos	(5.870)
Incorporação - Custo	2.758
Incorporação - Amortização	(1.564)
Saldo em 31/12/2023	15.216
Custo histórico	34.069
Amortização acumulada	(18.852)

Ativos intangíveis - O saldo é composto basicamente por softwares adquiridos pela Companhia com vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano.

14.1 - Teste de redução ao valor recuperável: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, rentabilidade de suas operações, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo Incorporação	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	15.655	7.684	(681)	(5.238)	1.787	91	19.298
Cíveis	3	285	(1)	(280)	1	4	12
Fiscais	81	-	-	-	7	-	88
Total	15.739	7.969	(682)	(5.518)	1.795	95	19.398
Depósitos Judiciais	5.244	1.410	(484)	(445)	381	75	6.181
Saldo em 							

→★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos diversos	1.346	1.313	-	-
Adiantamentos	2.695	1.886	788	2.214
Folha de pagamento	4.240	3.695	-	-
Participação nos lucros	12.776	15.164	2.228	1.959
Outros	14.937	10.894	8.858	10.285
Total	35.994	32.952	11.874	14.458

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 1.634.743.834, ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal (1.634.743.834 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal.

20.1 - Capital Social: Em decorrência da incorporação descrita na nota 1, na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29/12/2023 foi aprovado um aumento de capital de R\$ 108.734 (cento e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais) relativo a acervo líquido da incorporada, sem emissão de novas ações, passando o capital social de 150.929 (cento e cinquenta milhões, novecentos e vinte e nove mil reais) para 259.663 (duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil reais) totalmente integralizado em moeda nacional. **20.2 - Reserva de lucros:** O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 153.893 que compreende: i) adiantamento para futuro aumento de capital R\$ 59.000; ii) Reserva Legal de R\$ 8.276 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 86.617.

20.3 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") Na AGO de 21 de Novembro de 2023, foi aprovado a realização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") no montante de R\$ 59.000,00, pela empresa incorporada CPFL Eficiência Energética Ltda. **20.4 - Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

22. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	317.734	335.772	7.071	4.957	23.178	21.460	-	-	347.983	362.189
Material	141.322	151.341	39	50	1.072	1.096	-	-	142.433	152.487
Serviços de terceiros	96.351	166.964	334	212	33.243	23.577	-	-	129.928	190.754
Depreciação e amortização	29.502	37.484	27	30	13.634	5.812	-	-	43.163	43.326
Outros	7.280	7.304	28	(1)	11.399	10.172	(7.926)	(2.201)	10.781	15.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(22)	(21)	-	-	-	-	(22)	(21)
Taxa de arrecadação	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Arrendamentos e aluguéis	3.814	2.362	-	-	-	60	-	-	3.814	2.422
Publicidade e propaganda	(17)	-	-	-	2.377	1.649	-	-	2.360	1.649
Legais, judiciais e indenizações	(1)	-	-	-	6.433	6.692	-	-	6.432	6.692
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	(7.926)	(2.201)	(7.926)	(2.201)
Outros	3.484	4.941	49	19	2.589	1.771	-	-	6.122	6.731
Total	592.189	698.865	7.499	5.248	82.526	62.118	(7.926)	(2.201)	674.288	764.030

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	4.381	1.183
Acrescimos e multas moratórias	159	147
Atualização de créditos fiscais	651	142
Atualização de depósitos judiciais	381	333
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(259)	(87)
Outros	1	63
Total	5.314	1.781
Despesas		
Encargos de dívidas	(5.994)	(5.171)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.701)	(2.660)
Outros	(1.572)	(5.897)
Total	(10.267)	(13.728)
Resultado financeiro	(4.953)	(11.946)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui em 31 de dezembro de 2023, as seguintes empresas como acionistas controladores: • **State Grid Brazil Power Participações S.A.:** Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Empresas AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	59.000	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	629	25.630	-	-	-	-
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S.A.	-	-	37.942	43.899	-	-	5.993	5.149
Materiais, prestação de serviços e outros								
Entidades sob o controle comum da CPFL Energia	65.991	78.757	4.607	15.498	642.164	731.338	16.413	20.513

25. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Ramo da apólice	31/12/2023
Riscos nomeados	550.527
Transporte nacional	109.634
Geral e riscos ambientais	80.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	304.370
Seguro Garantia	18.487
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
	1.213.018

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

26. GESTÃO DE RISCOS

Estrutura do gerenciamento de risco: Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim

Lucro Líquido do exercício 12.723
Incorporação - Eficiência Energética Ltda. 6.079
Lucro Líquido base para destinação 18.802
Reserva Legal (940)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro (9.065)
Dividendo mínimo obrigatório (2.946)
Dividendo adicional proposto (5.851)
20.5 - Lucro por ação - básico: O cálculo do resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados.

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	12.723	7.269
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.634.743.834	1.634.743.834
Lucro líquido básico por lote de mil ações	7,78	4,45

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita de prestação de serviço		
Prestação de Serviços Operação e Manutenção	702.076	732.086
Outras receitas operacionais	66.603	128.659
Total da receita operacional bruta	768.679	860.745
Deduções da receita operacional		
ICMS	(4.894)	(4.496)
PIS	(7.253)	(7.535)
COFINS	(33.429)	(34.515)
ISS	(23.553)	(24.603)
Receita operacional líquida	699.550	789.594

desenvolver e operar empresas no setor energético. • **ESC Energia S.A.:** Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos. **b) Dividendos/Juros sobre o capital próprio** - Refere-se juros sobre o capital próprio a pagar com a controladora CPFL Energia. **c) Contrato de mútuo** - Refere-se a contratos realizados com a controladora CPFL Energia. **d) Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido no - CPC 05 (R1), foi de R\$ 3.184 (R\$ 4.185 em 2023). Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

desenvolver e operar empresas no setor energético. • **ESC Energia S.A.:** Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos. **b) Dividendos/Juros sobre o capital próprio** - Refere-se juros sobre o capital próprio a pagar com a controladora CPFL Energia. **c) Contrato de mútuo** - Refere-se a contratos realizados com a controladora CPFL Energia. **d) Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido no - CPC 05 (R1), foi de R\$ 3.184 (R\$ 4.185 em 2023). Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Empresas AFAC								
CPFL Energia S.A.	-	-	59.000	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	629	25.630	-	-	-	-
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S.A.	-	-	37.942	43.899	-	-	5.993	5.149
Materiais, prestação de serviços e outros								
Entidades sob o controle comum da CPFL Energia	65.991	78.757	4.607	15.498	642.164	731.338	16.413	20.513

como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho da Administração, apresentando ações de mitigação. A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e mútuo. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 27. **Risco de crédito:** O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e

diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 - Contas a receber. **Contas a receber e ativos de contratos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *fair value adjustment*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Nota	Categoria	Expli- cativa	Mensu- ração	Nível(*)	31/12/2023		31/12/2022	
						Con- tábil	Valor Justo	Con- tábil	Valor Justo
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(**)		Nível 2	121.830	121.830	23.937	23.937
Total						121.830	121.830	23.937	23.937
Passivo									
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos		(b)	(**)		Nível 2	-	-	269	269
Mutuo com coligadas, controladas e controladora	18	(b)	(**)		Nível 2	37.942	37.942	43.899	43.899
Total						37.942	37.942	44.167	44.167

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda**Categoria / Mensuração:**

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são: • **Ativos financeiros:** (i) contas a receber; • **Passivos financeiros:** (i) fornecedores, (ii) credores diversos. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedger* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos, são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada a menor *rating* entre elas (nota 31). A Administração não identificou para o período de 2023 e exercício de 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedger* (*hedger accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP). **d) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	15	50.467	6.032	56.499
Outros	19	1.346	-	1.346
Total		51.813	6.032	57.845

28. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	até 15 anos	189.041				

→★ continuação

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras****Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>